

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

2020



município
Penacova
tem bom ar



Índice

1- Introdução.....	1
2- Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação	1
3- Recursos Humanos.....	2
4- Principais Atividades Desenvolvidas	3
5- Análise económico-financeira	5
6- Impacto da pandemia COVID-19 no grupo autárquico	8
7- Demonstrações Orçamentais Consolidadas	9
8- Demonstrações financeiras consolidadas.....	11
9- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	16

1- Introdução

O Município de Penacova apresenta demonstrações consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por cada uma destas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Surgindo então a necessidade de se proceder a consolidação de contas sendo o método integral o utilizado pelo Município de Penacova nas entidades que detêm percentagem de controlo superior a 50% e o método equivalência patrimonial para as entidades que detêm uma percentagem de controlo inferior a 20%. O método integral consiste na integração no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Subsequentemente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Penacova foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei nº. 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo terem implementado a contabilidade de gestão, naturalmente, não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

2- Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O Município de Penacova detém participações em diversas empresas, municipais e intermunicipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL), bem como outras empresas e outras entidades locais e associações. De seguida, no quadro 1, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. No atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º 75 da Lei nº 51/2018) estabelece que "o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade

intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

Quadro 1 – Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	NIPC	Capital Social	Participação	%	Incluída	Método
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA	SA	503004405	30 875,00	30 875,00	0,36%	não	
Hotel de Penacova, SA	SA	504902903	187 500,00	187 500,00	15,00%	não	
Município, SA	SA	504475606	4 985,01	4 985,01	0,15%	sim	MEP
Sociedade de Exploração Fonte Corgas - Buraco, SA	SA	502980389	1 246,99	1 246,99	0,07%	não	
Águas do Centro Litoral, S.A	SA	513606181	314 046,10	314 046,10	0,79%	não	
Penaparque 2- EM	EM	506963802	50 000,00	50 000,00	100,00%	sim	integral
ColibraVita, ADR, S.A.	SA	505073480	7 485,00	7 485,00	1,00%	não	
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior EIM, SA	EIM, SA	515515507	154 440,00	154 440,00	14,04%	sim	MEP
Cesab Centro de Estudos do Ambiente	ADR	502883308	4 000,00	b)	2,42%	não	
ANMP	AM	501627413		4 930,10 a)	0,32%	não	
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	ADP	514051744		1 200,00 a)	3,23%	não	
IPN - Instituto Pedro Nunes	ACU	502790610	2 500,00	b)	0,30%	não	
Associação Nacional Municípios Produt. Valorização e Qua. Prod. Trd. Port. - Qualifica	ASU	508574170	5 000,00	b)	1 875,00 a)	2,21%	não
AIRC - Associação Informática Região Centro	AM	501378669		0,00	2,62%	não	
Associação Portuguesa de Municípios Centro Histórico	AM	502131047		357,00 a)	0,54%	não	
APESB - Associação Portuguesa Engenharia Sanitária e Ambiental	ACU	501062769		100,00 a)	0,14%	não	
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	PCDP	508354617		21 784,05 a)	4,35%	não	
Associação Arbitragem Conflitos Consumo Distrito Coimbra	EPSL	503861650		1 246,99 a)	5,29%	não	
Adesa - Associação Desenvolvimento Regional Serra do Açor	ASFL	503508780		48 000,00 a)	16,67%	não	
Destinature - Agência para o desenvolvimento do Turismo da Natureza	EPSFL	514464747		900,00 a)	3,25%	não	
FPDCS-Federação Portuguesa Caminho de Santiago	ASFL	515645478		500,00 a)	4,55%	não	

a) quota anual de 2020

b) Referente à entrada inicial

3- Recursos Humanos

O Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, define um conjunto de normas a que devem obedecer as Empresas Municipais em matéria de recursos humanos, nomeadamente no recrutamento, remunerações dos trabalhadores, limite aos suplementos remuneratórios e os apoios sociais.

Em 2020 com o aparecimento da pandemia COVID-19, foi necessário desenvolver um conjunto de ações de prevenção e segurança, para proteger os colaboradores e garantir a segurança nas instituições de forma a potenciar a cultura de segurança e saúde no trabalho.

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2020, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a realizarem as suas atividades de forma mais eficiente possível.

Quadro 2 – Trabalhadores grupo autárquico

Entidade	Número de Colaboradores
Município de Penacova	250
Penaparque 2, E.M.	9
APIN, EIM S.A.	161
Município E.M S.A.	35
Total	455

4- Principais Atividades Desenvolvidas

➤ Penaparque 2 , E.M.

Constituída 13 janeiro 2005, cujo objeto social é a gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais; a gestão e manutenção de parques desportivos; a gestão e manutenção de espaços de estacionamento público, a gestão e manutenção de investimentos turísticos, designadamente; parques de campismo; organização de eventos..., tendo em vista o fornecimento de serviços que asseguram a satisfação contínua dos clientes/municípios e contribuindo para o desenvolvimento sustentado do Município.

A Penaparque 2, E.M., teve em 2020 a responsabilidade da gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial da Espinheira e respetivos serviços de apoio (Bar), no ano 2020 registou-se uma diminuição na taxa de ocupação, resultante da necessidade de se efetuar a certificação da instalação elétrica do Modulo 3 que se encontra disponível.

Relativamente ao edifício administrativo, a taxa de ocupação teve um aumento em 2020, que se verificou com a entrada de duas empresas.

O pequeno refeitório que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque teve um impacto brutal nas receitas devido pandemia causada pelo COVID19. A Cantina manteve-se encerrada nos períodos indicados pelas várias autoridades governamentais, e para cumprimento das regras de higiene e segurança impostas teve gastos extraordinários.

Estacionamento Público, a pandemia veio reduzir de uma forma significativa as receitas provenientes tanto dos parcometros, como a do Parque de Estacionamento, mesmo com o desconfinamento, o prolongamento do regime de teletrabalho tem tido um impacto negativo na faturação.

Parque de Campismo de Vila Nova, a exploração está entregue a um privado através de concessão de exploração.

O Café Turismo, Restaurante das Piscinas e Restaurante Panorâmico, através de um contrato programa celebrado entre o Município de Penacova e a Penaparque 2, E.M. foi atribuída a esta a gestão destes espaços. O Café Turismo mantém-se em laboração. O Restaurante das Piscinas encontra-se fechado por motivos falecimento do gerente da empresa que o explorava. Em 2020 lançou-se novo concurso, tendo resultado um novo concessionário, mas o resultado foi negativo que levou novamente ao encerramento do espaço. O Restaurante Panorâmico fechou por motivos de prejuízos sistemáticos devido á pandemia. O snack-bar da Praia Fluvial do Reconquinho mantém-se em atividade.

Portela de Oliveira, a área de intervenção da Portela de Oliveira compreende a gestão do Museu do Moinho e do espaço de apoio de cafetaria. Em 2020 o Museu Moinho registou uma queda de 78% no número de visitantes.

Rotas de Penacova, em 2020 devido à pandemia do COVID19 houve apenas algumas visitas guiadas no centro de Penacova.

Mosteiro de Lorvão apesar da pandemia foram registadas em 2020, 2544 visitas (pagas e não pagas, esperamos em 2021 um melhor registo de entradas, principalmente com o acentuar do ritmo no plano de vacinação.

➤ **Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.** é constituída a 18 de outubro de 1999, cujo objeto social é a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; conceção, edição e comercialização de publicações.

Atividades Desenvolvidas:

O ano 2020 foi um ano atípico em todas as vertentes. A Divisão de Cartografia e Cadastro iniciou o teletrabalho a partir de março. Houve uma adaptação a esta nova realidade, no que respeita a projetos que estavam a decorrer e também os novos projetos a situação complicou-se mais do que gostaríamos. O projeto de Regularização de Direitos de Uso e aproveitamento de Terra em Nampula, que se encontrava em fase de acabamento de 95% desde 2019, parou por falta de pagamento do Estado Moçambicano e a pandemia agravou ainda mais esta situação.

No panorama nacional, muito daquilo que estava projetado não avançou. Os clientes da Município principalmente os Municípios, tiveram que alterar também as suas rotinas laborais, sendo muito difícil o contato comercial e a realização de reuniões de trabalho online, ou por indisponibilidade ou por falta de equipamentos dos interlocutores.

A DCC terminou os projetos que provinham de 2019, mas apesar dos esforços só obteve 15 adjudicações que correspondem a um valor irrisório quando comparado com anos anteriores. O mesmo se passou na área das coberturas aéreas, tendo realizado apenas 35 horas de voo.

➤ **APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA** constituída a 14 agosto de 2019, cujo objeto social é a exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal interior, o qual agrega os sistemas, municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.

A APIN reveste a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 81 mil habitantes, dos quais perto de 60 mil são clientes.

Os órgãos municipais deliberaram em Assembleia Municipal extraordinária de 27 março de 2020 a saída do Município de Penacova da APIN, tendo sido tomadas todas as diligências possíveis para a concretização desta deliberação.

5- Análise económico-financeira

Um dos objetivos do relato financeiro das entidades públicas no âmbito do SNC-AP é essencialmente proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Seguidamente iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

Balanço

Em 2020 o ativo das contas consolidadas do Município de Penacova atingiu os 48.433.826,86€, o que representa um aumento de 165.838,88€ face ao ano anterior 0,34%. Do total do ativo, 92,08% constitui o ativo não corrente e 7,92% o ativo corrente.

Quadro 3 – Evolução do ativo

Componente do Ativo	2020	2019	Δ 2020/2019
Ativos fixos tangíveis	43 216 707,62	44 085 010,26	-1,97%
Ativos intangíveis	74 276,26	18 819,00	294,69%
Propriedades de Investimento	30 861,63	30 861,63	0,00%
Participações Financeiras	1 277 634,64	878 350,54	45,46%
Ativo não corrente	44 599 480,15	45 013 041,43	-0,92%
Inventários	101 757,52	86 833,03	17,19%
Devedores p/ transferências e subsidic	520 531,10		100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	54 040,55	176 645,69	-69,41%
Estado e outros entes públicos	112 139,16	112 211,98	-0,06%
Outras contas a receber	1 617 911,88	1 525 126,48	6,08%
Diferimentos	19 372,44	9 994,58	93,83%
Caixa e depósitos	1 408 594,06	1 344 089,95	4,80%
Ativo corrente	3 834 346,71	3 254 901,71	17,80%
Total do ativo	48 433 826,86	48 267 943,14	0,34%

Os ativos fixos tangíveis representam 89,23% do total do ativo e registaram uma descida de 868.302,64€. Esta diminuição deve-se essencialmente aos ajustamentos decorrentes da transição para o SNC AP. As dívidas de terceiros representam 4,76% do ativo e tiveram um aumento de 490.638,54€. Os diferimentos ascendem a 19.372,44€ e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um aumento face ao ano anterior. O Saldo de disponibilidades teve um aumento de 4,8% face ao ano anterior, tendo mantido os pagamentos a fornecedores sem atrasos.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor 4.297.366,39€, sendo constituído em 51,27% por passivo não corrente e em 48,73% por passivo corrente, que representa uma variação negativa de 75,15% face ao ano anterior.

Quadro 4 – Evolução do passivo

Componente do Passivo	2020	2019	Δ 2020/2019
Provisões	211 093,73	214 065,44	-1,39%
Financiamentos Obtidos	1 641 784,80	1 139 950,78	44,02%
Outras contas a pagar	350 572,18	331 890,34	5,63%
Passivo não corrente	2 203 450,71	1 685 906,56	30,70%
Credores por transferências e subsídi	3 920,27	0,00	100,00%
Fornecedores	123 760,32	257 647,85	-51,97%
Estado e outros entes públicos	132 009,59	88 472,48	49,21%
Financiamentos Obtidos	181 576,21	122 795,66	47,87%
Fornecedores de investimento	71 541,21	166 969,54	-57,15%
Outras contas a pagar	805 453,92	565 678,64	42,39%
Diferimentos	775 654,16	14 402 924,90	-94,61%
Passivo Corrente	2 093 915,68	15 604 489,07	-86,58%
Total do passivo	4 297 366,39	17 290 395,63	-75,15%

Tal como foi referido nas contas individuais esta descida do passivo deve-se ao facto de a rubrica de diferimentos em POCAL passar para a conta 593 – Transferências e Subsídios p/ aquisições de ativos depreciables no caso dos contratos que já tem reunidas todas as condições, sendo essa a principal descida de 94,61%.

De realçar que tanto os fornecedores c/c como os fornecedores de investimento consolidados registaram uma diminuição de 51,97% e 57,15% respetivamente. O Estado e outros entes públicos registaram um acréscimo de 49,21%, que se justifica pelo aumento dos descontos e contribuições para a CGA e TSU, retenções IRS com o pessoal não docente no âmbito da delegação de competências na área da educação.

As outras contas a pagar tiveram um acréscimo de 42,39% que se deve essencialmente à especialização dos gastos com férias, subsídio de férias e encargos e faturas com data de 2021, cujos gastos ocorreram em 2020.

O passivo não corrente registou um aumento de 30,70% referente a utilização dos empréstimos contratualizados com a CCAM para a realização de despesas de investimento, alguns com comparticipação comunitária outros não.

Quadro 5 – Evolução Património Líquido

Componente do Património Líquido	2020	2019	Δ 2020/2019
Património/Capital	9 717 312,48	9 717 312,48	0,00%
Reservas	1 169 525,27	1 130 451,35	3,46%
Resultados transitados	18 690 779,35	18 882 619,46	-1,02%
Ajustamentos em ativos financeiros	360 015,93	1 012,09	35471,53%
Outras variações no Património Líquido	15 278 224,35	476 602,77	3105,65%
Resultado líquido	-1 079 396,91	769 549,36	-240,26%
Total	44 136 460,47	30 977 547,51	42,48%

O património líquido consolidado registou um acréscimo de 42,48%. Como explicado nas contas individuais os ajustamentos decorrentes da transição para o SNC AP são a principal razão para esse aumento. Também com a consolidação se registou um aumento, com os ajustamentos em ativos financeiros, com a aplicação do MEP na participação da APIN e da Município.

Demonstração de resultados

O resultado líquido consolidado ascende a 1.079.396,91€ negativos em consequência da diminuição de rendimentos em 13,80% face ao período homologo e um aumento de gastos de 0,86% face ao ano anterior.

Quadro 6 – Evolução gastos

Gastos	2020	2019	Δ2020/2019
CMVMC	225 876,62	793 460,28	-71,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 661 064,63	3 117 136,72	-14,63%
Gastos com pessoal	4 187 090,98	3 900 693,56	7,34%
Transferências e subsídios concedidos	2 678 444,12	1 985 488,99	34,90%
Provisões(aumentos/reduções)	4 478,29	30 001,00	-85,07%
Imparidades de Dívidas a receber (perdas/reversões)	17 075,78	9 398,54	81,69%
Imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis	65,71	8 338,77	-99,21%
Outros Gastos	109 326,03	175 682,72	-37,77%
Gastos /reversões de depreciação e amortização	2 090 846,89	1 812 630,72	15,35%
Juros e gastos similares suportados	24 081,76	52 988,31	-54,55%
Gastos Imputados de entidades controladas, associadas ..	2 458,48	11 929,13	100,00%
Total	12 000 809,29	11 897 748,74	0,87%

Analisando o quadro dos gastos podemos concluir que houve um ligeiro aumento de 103.060,55€ corresponde a 0,87%.

As transferências e subsídios concedidos registou o maior aumento em termos absolutos de 692.955,13€, face ao período anterior resultante da política adotada pelo município. O aumento das transferências correntes está relacionado com os apoios concedidos no combate pandemia provocada pelo COVID 19 nomeadamente, na comparticipação financeira CIM Região de Coimbra para a aquisição material COVID 19, os apoios sociais a famílias com atribuição de Fundos de Emergência Social COVID 19 e os apoios a IPSS para aquisição EPI e combustível. Os subsídios concedidos registaram um aumento nunca antes alcançado com os apoios tarifário COVID 19 pago á APIN e também os tarifários sociais concedidos e pagos á APIN.

As depreciações do exercício, registaram também um aumento de 15,35% resulta não só no investimento público, mas também porque em regra as vidas úteis dos bens diminuíram em SNC AP, face às previstas no CIBE.

Apresenta-se de seguida, a análise aos rendimentos de 2020.

Quadro 7 – Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2020	2019	Δ2020/2019
Vendas e prestações serviços	230 501,77	1 419 760,73	-83,76%
Impostos, contribuições e taxas	1 842 318,78	1 702 707,82	8,20%
Transferências e Subsídios Obtidos	7 227 130,21	7 340 310,30	-1,54%
Outros Rendimentos	1 549 300,64	1 676 126,01	-7,57%
Juros e rendimentos similares obitos	9 792,64	0,00	100,00%
Provisões (aumentos/reversões)	10 215,83	500 780,24	-97,96%
Trabalhos para a própria entidade	21 648,42	31 123,50	-30,44%
Rendimentos Imputados de entidades controladas, associadas ..	30 504,09	0,00	100,00%
Total	10 921 412,38	12 670 808,60	-13,81%

Os rendimentos e ganhos consolidados registaram uma descida de 13,81% face ao ano anterior. Os impostos, contribuições e taxas registaram um aumento de 8,20% que se deve essencialmente ao aumento do IMT face ao período homologado.

A venda e prestação de serviços registaram uma quebra de 83,76%, justificado pela redução na venda de água e na prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, que passaram para a APIN no âmbito do contrato de gestão delegada. Também contribuiu para esta diminuição a redução na Penaparque pelos motivos já apresentados no relatório das atividades.

As transferências e subsídios obtidos tem uma redução de 1,54%. Apesar do aumento das receitas provenientes do FEF e do Artigo 35.º da Lei Nº 73/2013, como deixaram de ser considerados rendimentos do exercício tem um reflexo negativo nos rendimentos.

6- Impacto da pandemia COVID-19 no grupo autárquico

A pandemia COVID19 ocasionou uma situação de saúde pública, que atingiu de forma repentina e sem precedentes em todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para fazer face à situação epidemiológica e suas consequências.

Em todas as entidades do grupo autárquico, foram tomadas medidas de ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. De forma a dar resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias.

Todas estas medidas que se introduziram em 2020 tiveram um impacto muito significativo, quer do lado da despesa quer do lado da receita, como o resultado consolidado a ser consumido em cerca de 579.806,78€.

Os diversos estados de emergência, e medidas decretadas pelo combate à pandemia do COVID19 condicionaram as atividades económicas e, em particular, o turismo. Para diminuir os impactos negativos, foi adotado um conjunto de medidas, designadamente a isenção de taxas que incidem sobre as atividades dos operadores de comércio, restauração e turismo de 18 maio de 2020 a 31 dezembro 2020.

No quadro seguinte é apresentado um resumo do impacto, quer do lado da despesa, quer do lado da receita.

Quadro 8 – Impacto da pandemia COVID-19

Entidade	Despesa		Receita	
	Descrição	Valor	Descrição	Valor
MUNICIPIO PENACOVA	Aquisição de EPI e outros materiais; equipamento informático; tendas ou outras instalações provisórias para serviços (saúde); hospitais de campanha; aquisição de bens e serviços apoios alimentares para distribuição famílias carenciadas, criação e utilização de acessos à internet; transferências e apoios concedidos	499 565,29	Isenções de taxas, licenças, Multas ou Outras Penalidades por ocupação da via pública, publicidade, mercados e feiras e outros	-4 248,01
			Rendimentos da Propriedade, incluindo rendas de habitação e de outros espaços municipais e outras	-82,42
			Outras Reduções de Receitas	-70 172,85
PENAPARQUE 2, E.M.	Aquisição de EPI e outros materiais	1.772,37	Rendas das Lojas Parque Estacionamento e de Outras Rendas, concedido apoio financeiro através de um desconto nas Rendas	-3 965,84
MUNICIPIA, E.M. SA	Tal como o ROC faz referência na certificação legal de contas na ênfase "sem pôr em causa a opinião emitida, consideramos de importância para a compreensão das demonstrações financeiras relevar que os impactos da COVID-19, como facto subsequente, terão efeitos continuados nas mesmas, não sendo possível quantificá-los derivado à sua imprevisibilidade quanto à extensão e à duração			
APIN, E.I.M. SA	Não dispomos de informação sobre o impacto			
		501 337,66		-78 469,12

7- Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Município de Penacova			
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental			
Rubrica RECEBIMENTOS	31-12-2020	Rubrica PAGAMENTOS	31-12-2020
Saldo da gerência anterior	1 344 089,95		
Operações Orçamentais (1)	962 311,59		
Restituição do saldo por Orçamentais			
Operações tesouraria (A)	381 778,36		
Receita corrente	9 821 831,88	Despesa corrente	8 751 688,40
R1 Receita Fiscal	1 716 919,20	D01 Despesa com Pessoal	4 240 098,10
R11 Impostos Diretos	1 716 919,20	D011 Remunerações Certas e Permanentes	3 233 601,04
R12 Impostos Indiretos	0,00	D012 Abonos Variáveis ou Eventuais	142 092,82
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	D013 Segurança Social	864 404,24
R3 Taxas, multas e outras penalidades	107 299,68	D02 Aquisição de Bens e Serviços	2 729 429,80
R4 Rendimentos de propriedade	748 180,51	D03 Juros e Outros Encargos	38 472,28
R5 Transferências Correntes	6 839 473,53	D04 Transferências Correntes	1 626 763,59
R51 Administrações Públicas	6 839 473,53	D041 Administrações Públicas	
R511 Administração Central - Estado	6 809 227,35	D0411 Administração Central - Estado	
R512 Administração Central - Outras Entidades	30 246,18	D0412 Administração Central - Outras Entidades	
R513 Segurança Social		D0413 Segurança Social	
R514 Administração Regional		D0414 Administração Regional	
R515 Administração Local	0,00	D0415 Administração Local	414 918,86
R52 Exterior - EU		D042 Instituições Sem Fins Lucrativos	685 962,82
R53 Outras		D043 Famílias	207 028,13
R6 Venda de bens e serviços	403 139,52	D044 Outras	
R7 Outras Receitas Correntes	6 819,44	D05 Subsídios	318 853,78
Receita capital	2 320 792,96	D06 Outras Despesas Correntes	116 924,63
R8 Venda de bens investimento	3 118,00	Despesas capital	3 857 552,25
R9 Transferências Capital	2312734,81	D07 Investimento	2 874 348,61
R91 Administrações Públicas	2312734,81	D08 Transferências de Capital	983 203,64
R911 Administração Central - Estado	2312734,81	D081 Administrações Públicas	
R912 Administração Central - Outras Entidades		D0811 Administração Central - Estado	
R913 Segurança Social		D0812 Administração Central - Outras Entidades	
R914 Administração Regional		D0813 Segurança Social	
R915 Administração Local	4940,15	D0814 Administração Regional	
R92 Exterior - EU		D0815 Administração Local	817 328,43
R93 Outras		D082 Instituições Sem Fins Lucrativos	156 916,01
R10 Outras Receitas Capital		D083 Famílias	8 959,20
R11 Reposições não abatidas ao pagamento	1625,75	D084 Outras	
		D09 Outras Despesas Capital	
		D09 Outras Despesas Capital	
Receita efetiva (2)	12 144 250,59	Despesa efetiva (5)	12 609 240,65
Receita não efetiva (3)	683 392,88	Despesa não efetiva (6)	122 799,54
R12 Receita com ativos financeiros		D10 Despesa com ativos financeiros	
R13 Receita com passivos financeiros	683 392,88	D11 Despesa com passivos financeiros	122 799,54
Soma (4) = (1)+(2)+(3)	13 789 955,06	Soma (7) = (5)+(6)	12 732 040,19
Operações de tesouraria (B)	106 041,90	Operações de Tesouraria (C)	137 141,07
		Saldo para a gerência seguinte	1 408 594,06
		Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	1 057 914,87
		Operações de tesouraria (D)=(A)+(B) - (C)	350 679,19
		Saldo global (2)-(5)	-484 990,06
		Despesa Primária	12 570 768,37
		Saldo Corrente	1 070 143,48
		Saldo Capital	-1 536 759,29
		Saldo Primário	-426 517,78
		Receita total (1)+(2)+(3)	13 789 955,06
		Despesa Total (5)+(6)	12 732 040,19

Município de Penacova

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	Liquidações	31-12-2020	Rubrica Obrigações	31-12-2020
	Receita corrente	531 973,61	Despesa corrente	258 152,82
R1	Receita Fiscal	0,00	D01 Despesa com Pessoal	130 980,12
R11	Impostos Diretos	0,00	D011 Remunerações Certas e Permanentes	59 132,37
R12	Impostos Indiretos	0,00	D012 Abonos Variáveis ou Eventuais	2 268,55
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	D013 Segurança Social	89 579,20
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 981,05	D02 Aquisição de Bens e Serviços	121 991,56
R4	Rendimentos de propriedade	8 456,64	D03 Juros e Outros Encargos	0,00
R5	Transferências Correntes	431 879,83	D04 Transferências Correntes	4 556,16
R51	Administrações Públicas	431 879,83	D041 Administrações Públicas	
R511	Administração Central - Estado	183 395,83	D0411 Administração Central - Estado	
R512	Administração Central - Outras Entidades	0,00	D0412 Administração Central - Outras Entidades	
R513	Outras	248 484,00	D0413 Segurança Social	
R514	Administração Regional		D0414 Administração Regional	
R515	Administração Local		D0415 Administração Local	0,00
R52	Exterior - EU		D042 Instituições Sem Fins Lucrativos	1 432,00
R53	Outras		D043 Famílias	3 124,16
R6	Venda de bens e serviços	82 012,99	D044 Outras	
R7	Outras Receitas Correntes	2 643,00	D05 Subsídios	0,00
	Receita capital	88 651,27	D06 Outras Despesas Correntes	624,98
R8	Venda de bens investimento	0,00	Despesas capital	48 480,31
R9	Transferências Capital	88 651,27	D07 Investimento	48 480,31
R91	Administrações Públicas	88 651,27	D08 Transferências de Capital	0,00
R911	Administração Central - Estado	88 651,27	D081 Administrações Públicas	
R912	Administração Central - Outras Entidades		D0811 Administração Central - Estado	
R913	Segurança Social		D0812 Administração Central - Outras Entidades	
R914	Administração Regional		D0813 Segurança Social	
R915	Administração Local	0	D0814 Administração Regional	
R92	Exterior - EU		D0815 Administração Local	0,00
R93	Outras		D082 Instituições Sem Fins Lucrativos	0,00
R10	Outras Receitas Capital		D083 Famílias	0,00
R11	Reposições não abatidas ao pagamento	0	D084 Outras	
	Receita efetiva (1)	620 624,78	D09 Outras Despesas Capital	
	Receita não efetiva (2)	0,00	D09 Outras Despesas Capital	
R12	Receita com ativos financeiros		Despesa efetiva (4)	306 633,13
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	Despesa não efetiva (5)	0,00
	Receita total (3) = (1) + (2)	620 624,78	D10 Despesa com ativos financeiros	
			D11 Despesa com passivos financeiros	0,00
			Despesa total (6) = (5) + (6)	306 633,13

8- Demonstrações financeiras consolidadas

Município de Penacova			
Balço consolidado			
Moeda:€			
RUBRICAS	NOTAS	SNC- AP 2020	POCAL 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	43 216 707,62	44 085 010,26
Propriedades de investimento	8	30 861,63	30 861,63
Ativos intangíveis	3	74 276,26	18 819,00
Ativos biológicos	5		
Participações financeiras	18	1 277 634,64	878 350,54
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		44 599 480,15	45 013 041,43
Ativo Corrente			
Inventários	10	101 757,52	86 833,03
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		520 531,10	
Cientes, contribuintes e utentes		54 040,55	176 645,69
Estado e outros entes públicos	23.1	112 139,16	112 211,98
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	1 617 911,88	1 525 126,48
Diferimentos		19 372,44	9 994,58
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.4	1 408 594,06	1 344 089,95
		3 834 346,71	3 254 901,71
Total do ativo		48 433 826,86	48 267 943,14

Município de Penacova			
Balanço consolidado			
Moeda:€			
RUBRICAS	NOTAS	SNC- AP 2020	POCAL 2019
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		9 717 312,48	9 717 312,48
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		1 169 525,27	1 130 451,35
Resultados Transitados		18 690 779,35	18 882 619,46
Ajustamentos em ativos financeiros		360 015,93	1 012,09
Acionistas/sócios/associados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		15 278 224,35	476 602,77
Resultado Líquido do período		-1 079 396,91	769 549,36
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		44 136 460,47	30 977 547,51
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	211 093,73	214 065,44
Financiamentos obtidos	7	1 641 784,80	1 139 950,78
Fornecedores de Investimento			
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	23	350 572,18	331 890,34
		2 203 450,71	1 685 906,56
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		3 920,27	
Fornecedores		123 760,32	257 647,85
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23	132 009,59	88 472,48
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	181 576,21	122 795,66
Fornecedores de investimentos		71 541,21	166 969,54
Outras contas a pagar	23	805 453,92	565 678,64
Diferimentos		775 654,16	14 402 924,90
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		2 093 915,68	15 604 489,07
Total do passivo		4 297 366,39	17 290 395,63
Total do património líquido e passivo		48 433 826,86	48 267 943,14

Município de Penacova			
Demonstração de resultados por naturezas			
Moeda:€			
RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	SNC- AP	POCAL
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	23.3	1 842 318,78	1 702 707,82
Vendas	23.3	714,10	745 932,65
Prestações de serviços e concessões	23.3	229 787,67	673 828,08
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos		28 045,61	-11 929,13
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23.3	7 227 130,21	7 340 310,30
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	23.3	21 648,42	31 123,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-225 876,62	-793 460,28
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-2 661 064,63	-3 117 136,72
Gastos com pessoal	23.5	-4 187 090,98	-3 900 693,56
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-2 678 444,12	-1 985 488,99
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-15 875,78	-9 398,54
Provisões (aumentos/reduções)	15	4 537,54	470 779,24
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-65,71	-8 338,77
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		1 549 300,64	1 676 126,01
Outros gastos e perdas		-109 326,03	-175 682,72
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
Resultado antes de depreciação e gastos de financiamento		1 025 739,10	2 638 678,89
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 090 846,89	-1 812 630,72
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes gastos de financiamento)		-1 065 107,79	826 048,17
Juros e rendimentos similares obtidos		9 792,64	
Juros e gastos similares suportados		-24 081,76	-52 988,31
Resultado antes de impostos		-1 079 396,91	773 059,86
Imposto sobre o rendimento			-3 510,50
Resultado líquido do período		-1 079 396,91	769 549,36
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		-1 079 396,91	769 549,36

Município de Penacova			
Fluxos de caixa Consolidada 2020			
Rubricas	NOTAS	Moeda:€	
		SNC- AP 31-12-2020	POCAL 31-12-2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de Clientes		403 139,52	
Recebimentos de contribuintes		1 716 919,20	
Recebimento de transferências e subsídios correntes		6 839 473,53	
Recebimentos de utentes		107 299,68	
Pagamento a fornecedores		-2 851 754,66	
Pagamentos ao pessoal		-2 591 438,99	
Pagamentos a contribuintes/Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 607 006,43	
Pagamento de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1 016 631,85	
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-10 804,00	
Outros Recebimentos		114 379,59	
Outros Pagamentos		-1 824 791,66	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-704 584,22	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-592 164,59	
Ativos intangíveis		-53 110,51	
Propriedades de investimento			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos		-2 176 783,68	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 118,00	
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		748 180,51	
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídio ao investimento		1 091 575,96	
Transferência de Capital		1 226 099,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		246 914,68	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		683 392,88	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-122 799,54	
Juros e gastos similares		-38 419,69	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		522 173,65	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		64 504,11	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 344 089,95	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 408 594,06	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 344 089,95	1 375 198,63
- Equivalentes a caixa no início do período		-680 056,67	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		680 056,67	
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo de gerência anterior		1 344 089,95	1 375 198,63
De execução orçamental		962 311,59	1 046 198,33
De operações de tesouraria		381 778,36	329 000,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 408 594,06	1 333 686,87
- Equivalentes a caixa no início do período		-521 742,41	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		521 742,41	
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo de gerência seguinte		1 408 594,06	1 344 089,95
De execução orçamental		1 057 914,87	962 311,59
De operações de tesouraria		350 679,19	381 778,36

Município de Penacova

Alterações ao património líquido

Descrição	Notas	Capital/Património realizado	Ações (Quotas Próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações património líquido	Resultado Líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do património líquido
Posição no Início do Período (Saldo Inicial de cada conta) (1)		9 717 312,46				1 130 461,35	0,00		18 882 816,46	1 012,09		476 602,77	769 549,36	30 977 547,51		30 977 547,51
Alterações no Período									-1 061 165,16			13 869 005,30		12 807 840,14		12 807 840,14
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de reavaliação																
Excedentes de reavaliação e respetivas variações																
Transferências e subídios de capital																
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						36 073,92			869 325,05	359 003,84		1 010,47	-769 549,36	931 605,91		931 605,91
Resultado Líquido Período (2)						36 073,92	0,00	0,00	-191 840,11	359 003,84		14 801 621,58	-1 079 386,91	498 865,92		498 865,92
Resultado Integral (4) = (2)+(3)																
Operações com Detentores de Capital no Período																
Realização de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
Posição no Fim do Período (6) = (1) + (2) + (3) + (5)		9 717 312,46	0,00	0,00	0,00	1 166 535,27	0,00	0,00	18 990 775,35	380 015,93	0,00	16 278 224,36	-1 079 386,91	44 136 460,47	0,00	44 136 460,47

9- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1- Entidades incluídas na consolidação

Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs
						Direto	Indireto	
Município de Penacova	506657957	Largo Alberto Leão n.º5, 3360-191 Penacova	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da proteção civil e luta contra incêndios, educação, serviços auxiliares de ensino, saúde, ação social, habitação, ordenamento do território, saneamento, abastecimento água, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, cultura, energia, desporto recreio e lazer, comércio e turismo...					a)
Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais Penacova, EM	506963802	Parque Industrial da Espinha, Sala 8	Gestão de equipamentos e organização de eventos	50 000,00	50 000,00	100%		b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme e estabelecido no n.º 1 do Artigo 46.º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Penacova

1.2- Entidades associadas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% do capital
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A	504475005	Edifício Taguspark – Edifício Ciência I – Av. Prof. Cavaco Silva, 11-3B	Produção de cartografia, topografia e orofotomapas; conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; concessão, edição e comercialização de publicações.	3 236 678,67	4 985,01	0,15%
APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.L.M., SA	515916507	Rua Industrial de Penela Lote 35 3230 - 347 Penela	Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, dos municípios de Alvaiázere, Anáis, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Padregão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.	1 100 000,00	154 440,00	14,04%

1.3- Entidades excluídas da consolidação

Entidade Participada	NIPC	Sede Social	% Capital Detido	Fundamentação da Exclusão
Ersuc- Resíduos Sólidos urbanos, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, 21 – B	0,36%	Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	ETA da Boavista – Av. Dr. Luís Albuquerque 3070-431 Coimbra	0,79%	Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Hotéis de Penacova, S.A.	504902803	Rua de Santo António n.º 4	15%	Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Sociedade de Exploração Fonte Corgas – Bugaco, S.A.	502980389	Apartado 409 CDF Penacova	0,07%	Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CoimbraVêr – ADR, S.A.	505073480	Rua Capitão Luís Gonzaga, n.º 74 3000-095 Coimbra	8)	Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Cesab – Centro Serviços Ambiente	502883308	Zona industrial Ponte Viedores 3050 – 481 Mealhada	2,42%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP	501627413	Av. Memoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra	0,32%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
IPN	502790610	Rua Pedro Nunes 3030-189 Coimbra	0,30%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Qualifica	508574170	Rua General Jorge de Avilez Loja 114 7200-185 Portalegre	2,21%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação Informática Região Centro	501378689	Parque Industrial Taveiro Lote 48 3045-504 Coimbra	2,62%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação Portuguesa Municípios Centro Histórico	502131047	Rua do Castelhinho n.º 7 5100-127 Lamego	0,60%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
APESB – Associação Portuguesa Engenharia Sanitária e Ambiental	501862769	Av. do Brasil n.º 101	0,14%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
COMRC – Comunidade Intermunicipal Região Coimbra	508354617	Rua do Brasil, 131	4,35%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação Arbitragem Conflitos Consumo Distrito Coimbra	503861650	Av. Fernão Magalhães n.º 240 1º andar 3000-422 Coimbra	5,29%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Adesa – Associação Desenvolvimento Regional Serra do Açor	503508780	Rua Francisco Inácio Dias Nogueira n.º 1	16,67%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514051744	Rua dos Combatentes, s/n, 5030-477 Santa Maria de Penaguão	3,23%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Destinatura – Agência para o Desenvolvimento do Turismo da Natureza	514644747	Rua Condeheiro José Alves Monteiro 6230-350 Fundão	3,25%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	515645478	Rua Dr. Henrique Botelho s/n 5450-027 Vila Pouca de Aguiar	4,55%	Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

a) Não dispomos de informação contabilística desta entidade

1.4- Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Conta	2020		2019	
Caixa		2 001,42		2 166,52
Depósitos à ordem		884 850,23		661 866,76
Depósitos bancários à ordem	884 850,23		661 866,76	
Outros depósitos		521 742,41		680 056,67
Depósitos a prazo	0,00			
Depósitos consignados	521 742,41		680 056,67	
Total		1 408 594,06		1 344 089,95

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensuradas pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo, deduzidas das perdas por imparidade, com exceção da Penaparque2, E.M. pelo método equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.

Contas a receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subsequentemente a mensuração efetua-se:

Ao custo, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber);

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota 3 – Ativos intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Fim do período				
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	439 002,00	439 002,00	0,00	0,00	439 002,00	439 002,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	286 864,48	266 024,31	0,00	20 840,17	319 720,58	293 710,05	0,00	26 010,53
Propriedade Industrial e intelectual	85 215,10	73 986,88	0,00	11 228,22	105 469,51	88 588,78	0,00	16 900,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em curso	18 819,00	0,00	0,00	18 819,00	31 365,00	0,00	0,00	31 365,00
TOTAL	829 900,58	779 013,19	0,00	50 887,39	865 557,09	821 280,83	0,00	74 276,26

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços. Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Estes contratos referem-se somente ao Município de Penacova.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.		20A				
Contrato Gestão Delegada da exploração municipal de distribuição de água, drenagem de águas residuais e resíduos urbanos	APIN - Empresa Intermunicipal de ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.		30A				

Relativamente ao acordo de concessão de serviços com a APIN – Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., os valores dos bens cedidos a título gracioso à data de 31 de dezembro de 2019 e a 01 janeiro 2020 de acordo com o SNC – AP, são as seguintes:

Valor Bruto dos Ativos Fixos	9 021 666,49 €
Valor das Depreciações Acumuladas	1 629 567,04 €
Valor Líquido dos Ativos Fixos	7 392 099,45 €
Valor Acumulado de Subsídios Reconhecidos	279 447,83 €
Valor Subsídios a Reconhecer	1 985 033,53 €
Valor dos Ativos Fixos Líquidos de depreciações e subsídios	5 407 065,92 €

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

No período findo de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	602 208,76			602 208,76	602 208,76			602 208,76
Edifícios e outras construções	1 063 707,52	357 601,17		726 106,35	1 672 240,96	422 959,14		1 249 281,82
Infraestruturas	35 833 735,90	14 727 180,41		21 106 555,49	36 835 973,07	15 804 026,20		20 941 946,87
Património histórico, artístico e cultural	67 416,50	887,56		66 528,94	67 416,50	909,64		66 507,86
Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Bens de domínio público em curso	2 194 456,29	0,00		2 194 456,29	2 277 778,25	0,00		2 277 778,25
	38 781 624,97	16 085 669,14		24 695 955,83	41 465 617,64	16 317 893,98		26 137 723,66
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 939 236,54	0,00		1 939 236,54	2 030 326,06			2 030 326,06
Edifícios e outras construções	18 437 946,90	4 105 415,43		14 332 531,47	18 464 657,82	4 539 083,78		13 855 574,04
Equipamento básico	2 767 972,68	2 275 694,16		492 278,52	2 943 450,72	2 402 141,22		541 309,50
Equipamento de transporte	2 163 770,65	1 976 913,61		186 857,04	2 248 097,62	2 032 770,39		215 327,23
Equipamento administrativo	792 341,86	689 857,32		102 484,54	838 369,61	742 944,03		95 425,58
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00				0,00
Outros	1 143 467,91	775 362,94		368 104,97	1 248 839,70	887 612,51		361 227,19
Ativos fixos tangíveis em curso	415 242,18	0,00		415 242,18	939 794,46			939 794,46
	27 668 962,72	8 823 043,46		17 846 919,26	28 713 636,98	10 634 651,83		18 078 984,06
TOTAL	67 441 607,69	24 908 712,60		42 532 895,09	70 169 254,63	26 952 445,81		43 218 707,82

Nota 6 – Locações

O Município de Penacova, assim como a entidade controlada a 100% não tem contratos de locação no período de 2020.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 o detalhe desta rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31-12-2020	31-12-2019
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	181 576,21	122 795,66
Passivo não corrente	1 641 784,80	1 139 950,78
Total	1 823 361,01	1 262 746,44

Nota 8 – Propriedades de investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no fim do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS	Quantia Escriturada a Inicial	Variações						Quantia Escriturada a Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	30 861,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 861,63
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	30 861,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 861,63

Nota 10 – inventários

No período findo a 31 dezembro de 2020, o detalhe da rubrica de inventários consolidados é o seguinte:

10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	52 514,24	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	49 243,28	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	101 757,52	0,00	0,00

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)= (1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por Imparidade (6)	Outras reduções de Inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias	46 782,35	7 288,74	1 556,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 514,24
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	40 050,68	233 345,83	224 319,77	0,00	0,00	0,00	-113,65	280,08	49 243,28
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	86 833,03	240 634,67	225 876,62	0,00	0,00	0,00	-113,65	280,08	101 757,52

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2020, encontram-se registados os valores de provisões constituídas para as seguintes contingências:

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	214 065,44	4 478,29			4 478,29		7 450,00		7 450,00	211 093,73
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	214 065,44	4 478,29			4 478,29		7 450,00		7 450,00	211 093,73

Nota 18 – instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rubricas	Quantia Escriturada	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo valor	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Outros	
	inicial							
Ativos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras	889 466,47					387 049,45	1 276 616,92	
Fundos de Compensação	747,49	371,23					1 118,72	
Total	890 213,96	371,23				387 049,45	1 277 634,64	

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Estado e Outros Entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2020		31-12-2019	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:	2 643,00		107,5	653
Retenção de imposto sobre rendimentos		31 382,57		19 967,42
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	109 496,16	460,60	112 104,48	1 295,33
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		100 131,88		66 536,24
Outros Impostos		34,54		20,49
Total	112 139,16	132 009,59	112 211,98	88 472,48

23.2 – Outras Contas a Receber e Pagar

A evolução da rubrica outras contas a receber e a pagar detalha-se da seguinte forma:

Outras Contas a receber e pagar	31-12-2020	31-12-2019
Saldo a receber	1 617 911,88	1 525 126,48
Adiantamento a fornecedores	38 622,00	0,00
Devedores e credores por acréscimo	1 579 289,88	1 525 126,48
Saldo a pagar	1 156 026,10	897 568,98
Adiantamento de clientes	675,05	
Devedores e credores por acréscimo	788 263,01	514 955,91
Credores por Subscrição	9 792,61	19 585,25
Cauções	350 572,18	331 890,34
Outros devedores e credores	6 723,25	31 137,48

23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Impostos Diretos	1 266 359,85	1 196 220,54
Impostos Indiretos	493 130,63	187 661,19
Taxas, multas e outras penalidades	82 828,30	318 826,09
Produtos acabados e intermédios	714,10	745 932,65
Prestações de serviços e concessões	229 787,67	689 472,57
Transferências correntes obtidas	7 227 130,21	7 340 310,30
Reversões	10 215,83	500 780,24
Outros Rendimentos	1 549 300,64	1 676 126,01
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	9 792,64	
Trabalhos para a própria entidade	21 648,42	31 123,50
Rendimentos Imputados de entidades controladas, associadas...	30 504,09	
Total	10 921 412,38	12 686 453,09

23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimento e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2020 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Serviço Transporte	306 184,31	417 172,35
Cantinas escolres - refeições confeccionadas	149 958,63	165 029,50
Saneamento Básico	15 476,27	253 120,48
Água - Abastecimento público	1,36	2 296,36
Serviços de recolha e tratamento de RSU	2 067,17	118 790,95
Outros subcontratos ou concessões	315 309,01	340 013,61
Trabalhos especializados	216 196,00	201 636,30
Publicidade, comunicação e imagem	39 682,49	42 013,12
Vigilância e segurança	6 398,16	9 165,88
Honorários	243 400,59	17 252,08
Comissões	46 372,51	39 477,25
Conservação e Reparação	172 388,01	206 332,14
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste	10 389,60	1 363,75
Livros documentação técnica	230,49	85,72
Material de escritório	8 596,03	10 913,99
Artigos para oferta e de publicidade e divulga	45 680,20	43 470,81
Material de educaçã, cultura e recreio	11,80	0,00
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artig	61 571,48	0,00
Medicamentos e artigos para saúde	6 933,98	0,00
Outros materiais diversos de consumo	1 603,89	963,47
Eletricidade	231 435,38	298 636,29
Combustíveis e lubrificantes	82 381,34	127 141,04
Água	63 424,90	0,00
Deslocações e estadas	6 329,91	22 022,02
Rendas e alugueres	24 199,23	95 120,68
Comunicações	83 833,12	84 864,07
Seguros	38 666,61	39 677,35
Despesas de representação dos serviços	178,05	620,70
Limpeza higiene e conforto	14 210,28	28 338,63
Outros Serviços	467 953,83	551 618,18
Total	2 661 064,63	3 117 136,72

23.5 – Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos titulares de órgãos de sobera	213 436,81	215 008,98
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	26 463,49	25 437,63
Remunerações do pessoal	3 050 454,29	2 873 988,15
Benefícios pós-emprego	516,38	1 022,44
Encargos sobre remunerações	732 191,31	633 522,23
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	37 082,84	33 943,48
Outros gastos com o pessoal	121 722,14	113 595,41
Outros encargos sociais	5 223,72	4 175,25
Total	4 187 090,98	3 900 693,57

23.6 – Transferências E subsídios concedidos

Descrição	30-12-2020	30-12-2019
Transferências e correntes concedidas	1 312 844,99	1 244 519,36
Subsídios correntes concedidos	382 395,49	
Transferências de capital concedidas	983 203,64	740 969,63
Total	2 678 444,12	1 985 488,99

23.7 – Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

O Município celebrou um Protocolo com a APIN em 8 de janeiro de 2020, através do qual o Município se comprometia a disponibilizar à APIN, E.I.M. todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira pela APIN, E.I.M., S.A., em virtude da mesma não se encontrar em condições de prestar os referidos serviços na sua plenitude. Para o Município de Penacova estava previsto um valor fixo anual de 248.484,00€, tendo emitido a respetiva fatura em 31/12/2020 pelo valor total do ano 2020.

O referido protocolo prevê ainda uma componente variável para faturação de despesas relativas à manutenção dos serviços que estão a ser assegurados com recursos próprios do Município de Penacova. Esta fatura ainda não foi por nós emitida pois pretende-se que o valor seja um valor de mutuo acordo.

Todas estas situações se referem a deliberações até ao momento tomadas pelos órgãos do Município de Penacova.

O Município de Penacova apenas reconhece as obrigações decorrentes das deliberações tomadas pelos seus órgãos municipais até à presente data.

No comparativo de 2019 foram efetuados ajustamentos decorrentes da aplicação do SNC-AP.

23.8 – Acontecimentos após a data de relato

O Município de Penacova efetuou o pagamento de uma taxa ao Centro de Arbitragem Comercial-Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, de ação judicial tendente á saída do Município da APIN, de acordo com as deliberações tomadas pelos órgãos da autarquia. E em 16 de junho deu entrada no Centro de Arbitragem Comercial o Requerimento de Arbitragem Rápida.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

